



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

ANO DE 2012

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
DO DIA 03 DE JULHO DE 2012

N.º 23 / 2012



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO,
REALIZADA NO DIA TRÊS DE JULHO DO
ANO DOIS MIL E DOZE**

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, nesta cidade de Valongo, edifício dos Paços do Concelho e sala das reuniões da Câmara Municipal, reuniram os Excelentíssimos Senhores:

Presidente	Dr. João Paulo Rodrigues Baltazar
Vereadores	Dr. ^a Maria Trindade Morgado do Vale
	Dr. Arnaldo Pinto Soares
	Sr. Arménio Pedro Almeida Reis Silva
	Dr. José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
	Dr. ^a Luísa Maria Correia de Oliveira
	Dr. José Joaquim da Silva Miranda
	Dr. José Pedro Paupério Martins Panzina
	Eng. ^o João Ruas Moreira

Foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara, quando eram dez horas e quinze minutos.

O Senhor Vereador, Dr. José Luís Catarino e a Senhora Vereadora, Dr.^a Maria José Azevedo, fizeram-se substituir, respetivamente, pelo Senhor Dr. José Joaquim da Silva Miranda e pelo Senhor Eng.^o João Ruas Moreira.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DE 2012.07.03

AGENDA DE TRABALHOS

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Diversos

- 1** – Reunião de trabalho do Órgão Executivo Municipal para discussão de assuntos de interesse estratégico para o Concelho.

Valongo, 28 de junho de 2012

O Presidente da Câmara,

(Dr. João Paulo Rodrigues Baltazar)



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Paulo Baltazar**, cumprimentando os presentes.

Informou o Senhor Presidente da Câmara que no dia seguinte aquela reunião reuniria com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local para esclarecer dúvidas relativamente à aplicação do Programa de Apoio à Economia Local. Referiu que a décalage entre a entrada em vigor da Lei dos Compromissos e a existência de dívida a mais de 90 dias provocava bloqueio na gestão autárquica, pois apenas podiam ser utilizados 75% dos fundos, acrescentando que o espaço que mediava entre a entrada em vigor da portaria que regulamentava aquela lei e a contratação do empréstimo seria de muito rigor, pois havia fundos negativos.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que eram tidas em conta todas as despesas e a dívida que estava contratualizada, acrescentando que uma vez que apenas poderia ser contabilizada 75% de receita, a verba não chegava, levando a um bloqueio na gestão.

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que a generalidade dos municípios estava com o mesmo problema, informando que estavam em análise medidas de redução de despesa com vista à apresentação da proposta de orçamento, sublinhando que já tinha sido validado o modo de alteração do contrato de recolha de resíduos urbanos, que permitiria reduzir 400 mil euros, em que seriam retiradas da prestação de serviços um conjunto de valências que passariam a ser prestadas pela Câmara Municipal.

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º João Ruas**, perguntando se haveria alteração ao contrato de recolha de resíduos e se tal alteração pressupunha aceitação por parte da empresa prestadora do serviço.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que o gabinete jurídico entendia que até uma determinada variação a Câmara poderia fazê-lo, no entanto, o processo estava a ser estudado com a empresa.

Disse o Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao cumprimento do contrato, que o preço estava calculado para um determinado modelo de investimento da empresa, que não estava a ser executado, embora tal não tivesse repercussões no serviço, no entanto, a empresa estava a ter muito menos encargos, havendo espaço para ceder.

Informou que estavam a ser analisados todos os equipamentos municipais, com padrão de utilização e custo, mormente os equipamentos culturais, tendo reunido com os senhores Presidentes de Junta, havendo abertura para passar a gestão de alguns equipamentos municipais para as Juntas de Freguesia.

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que a piscina de Campo tinha perdas de água no tanque preocupantes, custando a sua reparação cerca de 150.000 euros, acrescentando que tinha havido intenção de apresentar candidatura a eficiência energética, porém, tal não tinha sido possível porque havia sérias perdas térmicas devido à qualidade da infra-estrutura.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Mais disse que na piscina de Campo tinha sido ligado o gás de cidade, tendo havido redução de 50% no consumo, e que a situação da piscina de Sobrado era incomportável, pois consumia 140.000€/ano em gás, enquanto as receitas eram de 14.000 euros, 10% do valor gasto em gás.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que aquelas duas piscinas tinham um custo anual de 350.000 euros.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que nos equipamentos desportivos havia um défice anual de 1 milhão de euros.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que o deficit não chegava a um milhão de euros.

Disse que o estádio municipal custava 6 mil euros por mês e que as piscinas de Valongo e Ermesinde estavam equilibradas, não tendo a piscina de Alfena o nível de custos das de Sobrado e Campo.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que os cálculos tinham sido feitos aquando da elaboração do Plano de Saneamento Financeiro.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que a candidatura para colocação de reguladores de fluxos estava suspenso ao nível do QREN, informando ter reunido com a EDP, de modo a encontrar mecanismos de controlo das faturas de electricidade.

Disse que tinha sido lançada uma medida de racionalização de iluminação pública e criada uma equipa de trabalho que durante a noite iria analisar os locais em que a iluminação pública poderia ser desligada, salvaguardando cruzamentos, escolas e paragens de autocarro, acrescentando que havia algumas reclamações com pertinência que seriam analisadas.

Mais disse que na primeira fase do processo seria garantido um nível de iluminação uniforme e na segunda fase seriam uniformizados horários de funcionamento da iluminação, estando em apreciação a colocação de relógios astronómicos.

Disse, ainda, o Senhor Presidente da Câmara que os munícipes toleravam os cortes, mas teria de haver equidade.

Mudando de assunto, disse o Senhor Presidente da Câmara que no mês de Maio tinha sido feita retenção de 5% no IMI e que tal não aconteceria no mês de Outubro.

Mudando novamente de assunto, disse que na reforma do mapa judiciário tinha sido salvaguardada a utilização do edifício do Tribunal de Valongo e o serviço prestado aos cidadãos.

Mais disse que o prazo de pronúncia relativamente à reforma da Administração Local tinha sido adiado para Outubro de 2012, devido às férias judiciais.

Mudando de assunto, disse o Senhor Presidente da Câmara que o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde lhe tinha transmitido, na presença da Senhora Vice-Presidente, Dr.^a Trindade Vale, e do senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital de S. João, que proporia que a parte



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

clínica do ACES mantivesse representação dos dois concelhos, acrescentando que a pessoa que estava nomeada para presidir ao ACES não era da Maia, nem de Valongo.

Continuando no uso da palavra, informou o Senhor Presidente da Câmara que tinham sido fornecidos pelo Hospital de Valongo documentos sobre a trajetória do hospital, havendo um conjunto de indicadores relativos à utilização da urgência básica, acrescentando que o assunto tinha sido mal gerido e teria de ser tratado com envolvimento do Município.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que o Hospital de Valongo era muito mais do que a urgência e que haveria uma reunião entre o Executivo Municipal e a administração do hospital para debater o funcionamento daquela unidade hospitalar, acrescentando que havia um grande número de pessoas de fora do concelho que eram tratadas naquele hospital.

Mudando de assunto, disse o Senhor Presidente da Câmara que tinha sido feita uma auditoria à macroestrutura da Câmara Municipal e tinha sido pedida à empresa responsável pela auditoria uma proposta enquadrada na lei de redução de dirigentes.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Luisa Oliveira**, perguntando se havia informação adicional relativamente à ETAR de Ermesinde que tinha problemas de maus cheiros.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que o problema da ETAR de Ermesinde estava a ser tratado e que o conselho de administração dos SMAES teria de se debruçar sobre ele, pois tinha sido tratado em simultâneo com a ETAR de Campo, havendo a questão das despesas de funcionamento.

Disse o Senhor Vereador que a alteração do investimento seria pacífica, mas seria complicado alterar custos de funcionamento que seriam pagos pela Câmara, acrescentando que tinha sido aprovada pela Câmara a alteração do investimento devido à ETAR de Ermesinde, e uma vez que a ETAR de Campo não tinha avançado, os custos relativos à ETAR de Ermesinde teriam de ser colocados à apreciação da Câmara.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que teria de haver um novo modelo de relacionamento com a Veolia. Disse que aquando da discussão da troca de investimento por investimento, relativamente à ETAR de Campo tinha sido proposta uma alteração de tarifário, tendo ainda a Câmara de suportar um custo financeiro anual de 50.000 euros, acrescentando que tinha sido apresentada em reunião de Câmara a proposta de se abdicar de um investimento em detrimento de outro.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que tinha sido presente à Câmara a alteração do investimento, porém, não se tinha apenas cingido aquela alteração. Disse que então tinha questionado quais os custos dessa alteração, admitindo que no caso de Campo, ETAR de nova geração,



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

pudesse haver redução de custos, tendo sido dito que não haveria aumento de custos e que não haveria qualquer dependência entre a ETAR de Ermesinde e de Campo.

Disse o Senhor Vereador que naquela reunião estava a ser informado, com grande surpresa, que uma situação estava dependente da outra, acrescentando que a falta dessa informação significava que não haveria dependência.

Mais disse o Senhor Vereador que tal informação não tinha sido transmitida em tempo próprio.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que relativamente à ETAR de Ermesinde tinha sido dito que não haveria acréscimo de custos, acrescentando que a proposta presente à Câmara tinha sido a acordada, tendo a Veolia entendido que quando reavaliasse os custos de funcionamento da ETAR de Campo, os custos da ETAR de Ermesinde seriam menores.

Disse o Senhor Vereador que nunca tinha sido colocada em questão a ligação entre os dois projetos, acrescentando que em reunião de Câmara tinha sido dada informação sobre as pretensões da Veolia, onde havia uma adaptação tarifária.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Afonso Lobão**, dizendo que aquela reunião tinha tido por base uma convocatória para discussão de questões estruturantes para o concelho, no entanto, não havia documentos de suporte, acrescentando que não deveriam ser discutidas questões que pudessem ser discutidas numa reunião ordinária.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Baltazar**, dizendo que a situação financeira da Câmara, o orçamento, a reforma judiciária e da administração local, e o ponto de situação das auditorias eram questões estruturantes.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Afonso Lobão**, dizendo que no domínio do desenvolvimento económico, a Câmara deveria fazer uma reflexão sobre a oportunidade de criar novas zonas industriais, nomeadamente sobre as razões que impediam as empresas de se instalarem na Zona Industrial de Campo e a forma de criar maior atratividade às empresas e à criação de postos de trabalho, tendo presente a realidade económica do país, bem como a forma de proteger o comércio tradicional.

Disse o Senhor Vereador que deveria ser feita a Mostra de Pão e o registo da marca, acrescentando que deveria ser pensada a nova localização da feira de Valongo e a reabilitação da zona histórica de Valongo.

Disse o Senhor Vereador que era também necessário analisar a situação do novo mercado de Ermesinde.

Referiu que ao nível do ambiente havia condições para Valongo ter voz ativa na ANMP, nomeadamente quanto à recuperação dos rios Leça e Ferreira, acrescentando que deveria haver intervenção integrada entre os municípios que eram atravessados por aqueles rios, nomeadamente na apresentação de uma candidatura conjunta.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Questionou o Senhor Vereador qual o ponto de situação da nova ETAR de Campo que, disse, servia dois concelhos, bem como da nova macroestrutura da Câmara, e a consequência da legislação de redução de dirigentes e da agregação de freguesias, acrescentando que Valongo tinha de tomar posição sobre tais temáticas.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que se percebia que haveria recuo do Ministério da Justiça relativamente à questão dos Tribunais.

Disse, ainda, que estava proposta uma agregação do ACES de Valongo com a Maia, tendo o Senhor Presidente da Câmara da Maia manifestado oposição relativamente aquela agregação, perguntando por que razão o Presidente da Câmara de Valongo não o tinha feito.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que tinha falado com a Senhora Diretora da Unidade de Saúde de Valongo, que o tinha informado que tal situação não criava problemas ao nível administrativo, mas estava preocupada com a autonomia clínica.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Afonso Lobão**, dizendo que somente os ACES de Valongo e Fafe iriam ser fundidos, o que não fazia sentido, julgando que tal se devia exclusivamente a questões de liderança.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Pedro Panzina**, dizendo que havia uma deliberação tomada pela Câmara, por unanimidade, para que fosse discutido o paradigma da Zona Industrial de Campo.

Disse que tinha também sido deliberado, com prazo até fevereiro, prorrogado até Maio, a apresentação à Câmara de um estudo de revitalização do centro de Valongo, porém, tal estudo ainda não tinha sido apresentado.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que naquela reunião tinha sido dada informação relativamente às ETAR's que punha em causa a forma como os eleitos da Coragem de Mudar tinham votado as deliberações tomadas na Câmara sobre as ETAR's, acrescentando que se nunca tinha havido intenção de propor aumento de custos, não havia razão para que o processo da ETAR de Ermesinde estivesse parado.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Afonso Lobão**, dizendo que era urgente que a Câmara pensasse sobre as concessões, pois no futuro teria apelos para assumir serviços e teria de os assegurar, nomeadamente ao nível da recolha de lixo e fornecimento de água, independentemente de respeitar os compromissos assumidos com as empresas.

Mudando de assunto, perguntou o Senhor Vereador como se perspectivava a questão social e da habitação, uma vez que se estimava que as dificuldades das famílias iriam continuar.

Perguntou, ainda, qual a situação dos transportes escolares, pois tinha tido a informação que a Câmara não asseguraria tal transporte.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Trindade Vale**, dizendo que a Câmara Municipal estava a cumprir o estipulado por lei.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Afonso Lobão**, dizendo que a Câmara deveria discutir matérias do domínio económico, a revisão das concessões, a revisão do PDM e questões de ação social e educação.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Trindade Vale**, dizendo que seria presente à Câmara a proposta de comparticipação em 50% nos apoios.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que subscrevia as questões colocadas pelo Senhor Vereador, Dr. Afonso Lobão, nomeadamente quanto à posição do Município na Área Metropolitana do Porto.

Disse o Senhor Vereador que Valongo tinha perdido importância no contexto da Área Metropolitana do Porto, devido ao seu alargamento e devido ao estilo da anterior presidência da Câmara Municipal de Valongo, acrescentando que Valongo era frequentemente associado ao Vale de Sousa, havendo uma deslocalização que não tinha sido decisão do Município, lacuna que, disse, poderia ser corrigida.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que as alterações feitas pela Administração Central tinham-se sentido em Valongo, não se percebendo por que razão os agrupamentos de escolas se tinham agrupado e porque razão um agrupamento tinha podido ficar isolado, acrescentando que também não tinha havido qualquer explicação relativamente à gestão conjunta dos ACES's, havendo alguns com menor dimensão que não tinham sido fundidos.

Disse o Senhor Vereador que só não tinha desaparecido totalmente o Tribunal de Valongo, porque no ano anterior tinha sido inaugurado um novo edifício e havia um contrato a cumprir, sublinhando que não havia consideração com Valongo pelo facto de se manter o Tribunal.

Referiu o Senhor Vereador que havia um deficit colossal relativamente à afirmação do Município de Valongo e que a população era sensível ao facto de se sentir de Valongo.

Mudando de assunto, disse, relativamente às zonas empresariais que, por força de lei, o Município tinha o poder de num certo local, decidir se poderia ou não construir e tal poder tinha um valor económico que nunca tinha sido traduzido, e quando traduzido, tinha sido feito a favor de especuladores de terrenos.

Disse que os antigos proprietários, sabendo que os terrenos não tinham capacidade construtiva, vendiam-nos e posteriormente os compradores conseguiam aprovar na Câmara uma alteração pontual de PDM e conseguiam um ganho substancial, acrescentando que aquele modelo não poderia continuar, porque não se podia gerir os espaços sem ter em consideração as pessoas e quando tal sucedia em favor de um ou outro, os demais estavam a ser desfavorecidos.

Disse o Senhor Vereador que a cidade de Beirute tinha ficado em parte destruída com a guerra civil, nomeadamente os seus edifícios e que o acordo de paz tinha permitido a reabilitação da cidade, tendo o Estado Libanês celebrado acordo com todos os proprietários e constituído uma sociedade em que o



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Estado, que também era proprietário, tinha um terço, os proprietários privados um terço e outro terço tinha sido aberto à subscrição, acrescentando que os proprietários que tinham visto os seus espaços avaliados ao nível cadastral tinham recebido títulos na entrega das propriedades, tendo também o Estado recebido títulos e entrado com o projeto de renovação da cidade, e um terço sido subscrito por bens e fundos de investimento, acrescentando que os proprietários tinham tido o direito de serem os primeiros a trocar os títulos por espaço construído, podendo também trocar as ações por dinheiro.

Disse o Senhor Vereador que aquela solução tinha vantagens, pois a construção tinha sido harmonizada, só uma empresa geria o processo e a comercialização dos espaços era feita pela mesma empresa, não havendo favorecimentos a particulares, acrescentando que o grande problema da zona industrial de Campo era os proprietários guerrearem-se para cada um poder vender o seu terreno, podendo o modelo simples de Beirute ser aplicável nas zonas empresariais.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que o Município deveria chamar todos os munícipes de uma área empresarial, negociar os terrenos, criar uma empresa de capitais mistos e a entrada do Município seria a sua capacidade para alterar a capacidade construtiva dos terrenos, sendo as condições de financiamento geridas pela empresa, gerida maioritariamente pela Câmara Municipal.

Disse que tal empresa fazia o projeto, financiava-se e procedia à venda dos terrenos, acrescentando que tal modelo tinha a vantagem de harmonia no investimento e do financiamento mais adequado, porque deixaria de haver interesse do proprietário, ao contrário do sucedido na zona do Lombelho, em Alfena, onde havia condições para criar uma zona empresarial, mas não poderia haver modelos em que os interesses privados se sobrepujassem aos públicos.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que tinha havido vários estudos sobre a macroestrutura da Câmara, mas não se passava à proposta final, acrescentando que o tempo era limitado, porque terminaria em outubro de 2013. Disse que a necessidade de realizar era porque tinha havido compromisso e condições para o fazer, acrescentando que tinha lido o documento apresentado pela empresa Smartvision e não tinha percebido por que razão não tinham sido discutidas as propostas e não se tinha passado à ação, acrescentando que a Câmara de Lisboa tinha feito a reformulação das freguesias porque tinha julgado necessário.

Disse o Senhor Vereador que havia um largo consenso relativamente à necessidade de reformular a macroestrutura e se quando fosse publicada a lei estivesse de acordo com a macroestrutura, o trabalho já estaria feito.

Mudando de assunto, disse o Senhor Vereador que era há muito sabido que os equipamentos desportivos davam prejuízo, sendo necessário estancar o problema e passar à ação, acrescentando que quando havia carência de meios era necessário estancar onde era mesmo necessário.

Disse o Senhor Vereador que alguém o tinha abordado sobre o fecho da piscina de Sobrado, tendo ele dito que dados os custos envolvidos, a proposta não era má porque não era possível aguentar o prejuízo, acrescentando que as pessoas, mais do que nunca, estavam preparadas para perceber e aceitar medidas de contenção de custos.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vereador, **Eng.º João Ruas**, dizendo que era necessário seguir a mudança de mentalidades e que um dos grandes problemas era a afirmação do concelho.

Disse o Senhor Vereador que o agrupamento de escolas vertical de Campo não tinha entrado na fusão com o novo agrupamento de escolas de Valongo, segundo a versão oficial, porque tinha escola até ao 12.º ano, o que, disse, era um atentado à inteligência, pois esse argumento já existia quando foi proposto, pelas mesmas entidades oficiais, a sua fusão.

Disse que para executar novas medidas era necessário um novo paradigma de gestão da Câmara Municipal, nomeadamente ao nível da ação social.

Referiu o Senhor Vereador que na última sessão da Assembleia Municipal tinha sido evidente o clima de pré campanha eleitoral, porém, mais importante do que ganhar eleições, era deixar marcas, acrescentando que havia uma grande oportunidade de deixar uma marca vincada, apesar de não haver dinheiro.

Mudando de assunto, disse que a empresa Veolia tinha-se habituado a gerir a empresa em função de uma série de benefícios que, disse, tinham acabado, pois o serviço prestado tinha de ser encarado de forma diferente da tomada no ato da concessão, acrescentando que o Senhor Presidente da Câmara tinha a obrigação de equacionar a melhor solução.

Mais disse o Senhor Vereador que ao nível do funcionamento da Câmara era complicado gerir os interesses instalados, mas valia a pena fazer esse esforço, pois era necessário mudar o paradigma, acrescentando que se fosse necessário fechar equipamentos, nomeadamente piscinas, tal teria de ser feito, pois sempre tinha questionado a existência de um centro cultural em cada freguesia, sublinhando que estava disponível para assumir esse ónus.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que a nova lei de dirigentes previa a possibilidade de criação de três departamentos no Município de Valongo. Disse que o substrato das autarquias era o território e a população, pelo que deveria ser criado um departamento para a população, que tratasse questões de ação social, cultura e educação, e um departamento de território, com intervenção nas áreas do ambiente, urbanismo, obras municipais e oficinas, bem como um terceiro departamento que deveria reunir funções administrativas e de recursos humanos.

Sublinhou o Senhor Vereador que para tal não era necessário esperar pelo estudo da empresa externa.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Baltazar**, dizendo que tinha sido pedido à empresa externa que criasse a sustentação da nova macroestrutura da Câmara Municipal, acrescentando que a mesma basear-se-ia em três áreas: desenvolvimento do território, desenvolvimento humano e administração e funcionamento interno.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que era extremamente importante a afirmação do concelho de Valongo, onde, disse, havia um deficit colossal e propostas concretas.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Baltazar**, dizendo que a concessão de água e saneamento tinha sido delineada numa época em que havia perspectivas de crescimento, acrescentando que tinha havido muita permissividade na relação.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que a Lipor era uma empresa com grande qualidade, com grande nível de investimento, para o qual os municípios tinham de contribuir, pelo que a estratégia teria de ser rediscutida, acrescentando que ao nível da recolha de resíduos urbanos teria de haver um modelo de gestão diferente.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que a alteração efetuada aos estatutos da Lipor permitia que aquela prestasse serviços rentáveis.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que o momento que se vivia era de tal forma importante, que era necessário eleger prioridades, acrescentando que se não fosse bom Presidente de Câmara não haveria candidato.

Relativamente ao serviço de recolha de lixo, disse o Senhor Presidente da Câmara que tinha dado indicações ao departamento do Ambiente e Qualidade de Vida para avaliar os serviços que a Câmara poderia assegurar com os seus recursos, acrescentando que os trabalhadores afetos aquela área tinham uma média de idade alta, e que seria necessário realocar recursos humanos para as prioridades e retomar a recolha de lixo em determinados locais. Mais disse o Senhor Presidente da Câmara que poderia haver um modelo de recolha de resíduos diferente, adaptado à realidade de cada freguesia.

Mudando de assunto, disse o Senhor Presidente da Câmara que havia dificuldade em gerir a limpeza do rio Ferreira, devido à falta de intervenção dos municípios de Paredes e Paços de Ferreira.

Relativamente à ETAR de Campo, disse que o QREN estava a ser reformulado, tendo sido suspensas candidaturas de elevado nível de construção, sendo a aposta na formação e criação de emprego. Disse que poderia haver apoio a refazer a ETAR de Campo, tendo a candidatura apresentada sido a primeira num sistema em que o proprietário não era o dono da obra e os custos de manutenção seriam repartidos por dois municípios, acrescentando que a candidatura tinha sido feita em 2008, numa conjuntura diferente e resolveria a questão do tratamento de efluentes.

Referiu o Senhor Presidente da Câmara que em finais de 2011, quando confrontado com os 700 mil euros de acréscimo de custos para a Câmara por se fazer tal obra, tinha-se levantado a questão de haver um investimento de 8 milhões de euros e haver ainda custos anuais, acrescentando que a justificação para tais custos resultava de custos diretos de exploração e de encargos financeiros, nomeadamente pelo facto da Veolia deixar de cobrar taxa de contador e taxa de apreciação, o que implicaria um aumento considerável das taxas.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que naquela candidatura, o Município de Valongo contribuiria com 60% e Paredes com 40%, cabendo a Valongo contribuir com 260 mil euros.

Mais disse que a candidatura tinha sido validada pelo INAG e pelo POVT e que tendo em conta que seria uma ETAR de nova geração, não fazia sentido que houvesse aumento de custos, acrescentando



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

que estava em análise a elaboração de uma nova candidatura, dada a nova realidade e os constrangimentos financeiros.

Disse que a candidatura tinha estado em apreciação no POVT entre 2008 e 2011, e que se o Governo não tivesse decidido pará-la em razão da reformulação do QREN, a Câmara teria de decidir pelo seu cancelamento, pois haveria custos financeiros incomportáveis.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que havia um pressuposto base na candidatura de que o resultado do investimento teria de ser zero, porém, posteriormente tinham surgido custos de funcionamento.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo, relativamente à reforma administrativa, que não entendia a razão da lei que impunha que certo número de freguesias fossem extintas ou fundidas, acrescentando que, na prática, tratava-se de fusão e não de extinção de freguesias.

Disse o Senhor Vereador que a lei não era clara e o Município teria de tomar posição sobre a matéria, acrescentando que Valongo era o paradigma do município que estava longe de ter um número exagerado de freguesias, pois tinha equilíbrio entre população e território, e alterar aquela situação era negativo.

Disse o Senhor Vereador que os órgãos municipais deveriam manifestar-se frontalmente contra a fusão das freguesias de Valongo, pois havia municípios idênticos em área e população que ficariam muito acima da redução feita para Valongo.

Propôs o Senhor Vereador que os serviços da Câmara fizessem um levantamento, no sentido de encontrar municípios que tivessem uma situação idêntica à de Valongo, em população e território, e comparassem a proposta de redução de freguesias.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Baltazar**, dizendo que o Partido Social Democrata fundamentaria a sua posição quanto à reformulação das freguesias.

Mudando de assunto, informou o Senhor Presidente da intenção de criar na Câmara Municipal um gabinete de munícipe com competências mais alargadas e um espaço para atendimento mais personalizado. Disse que no novo gabinete do munícipe seriam criados seis postos de atendimento e integraria a tesouraria, possibilitando um atendimento de melhor qualidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a constar, foi encerrada a reunião quando eram doze horas e trinta minutos. Para constar lavrou-se a presente ata que, depois de devidamente aprovada, será por mim assinada, Diretora do Departamento de Administração Geral e Modernização Administrativa, Helena Justa Ferreira Moreira de Oliveira. _____